

## Maior julgamento da história de Moçambique independente arranca amanhã

- É já amanhã que inicia, na Cadeia de Máxima Segurança, vulgo BO, o julgamento do Processo N.º 18/2019-C que investiga escândalo financeiro de mais de dois mil milhões de dólares que forçou os doadores bilaterais e multilaterais a suspenderem, em 2016, o apoio directo ao Orçamento de Estado e empurrou Moçambique para uma das piores crises económicas e financeiras das últimas décadas.



Efigênio Baptista, o juiz do caso das dívidas ocultas

- “A nossa expectativa é que o caso deveria ter sido entregue a um juiz mais experimentado, um juiz que já não está mais preocupado em ser promovido. Não nos parece que seja um caso para atribuir a um juiz júnior com ambições de progredir na carreira. O que está em julgamento é um grupo de pessoas que defraudou o Estado e a sociedade e comeu o futuro dos moçambicanos. Este não é um caso de technicalidades, é um caso que empurrou milhões de moçambicanos para a pobreza”, Prof Adriano Nuvunga.
- “É a primeira vez que se assiste a um julgamento de um caso de corrupção que envolve agentes superiores de segurança de Estado, políticos, em conluio com o capital financeiro internacional. Os moçambicanos foram corrompidos por muito pouco dinheiro: 150 milhões de dólares. Mas há os 500 milhões de dólares que desapareceram e ninguém sabe onde estão. Por isso, espero que deste julgamento saiam processos autónomos para recuperar mais dinheiro desaparecido”, Borges Nhamirre, jornalista e pesquisador do CIP.



São ao todo 19 arguidos que a partir desta segunda-feira vão contar a sua versão dos factos sobre o seu envolvimento ou não nas “dívidas ocultas”, um esquema que consistiu na contratação ilegal e fraudulenta de mais de 2,2 mil milhões de dólares para as empresas ProIndicus, MAM e EMATUM, com garantias de Estado. Além dos arguidos, foram arrolados 68 declarantes, com destaque para o antigo Presidente da República Armando Guebuza. Este é o maior julgamento de todos os tempos em Moçambique por várias razões, desde logo pelas quantias de dinheiro desviado; pelo impacto socioeconómico do escândalo financeiro; pela qualidade dos arguidos, pelo volume de informações e pelo impacto político do caso.

— Dos 19 arguidos que foram detidos em 2019, apenas sete (7) continuam em pri-

são preventiva, nomeadamente Armando Ndambi Guebuza (filho do antigo Presidente da República); Gregório Leão (antigo Director-Geral do Serviço de Informação e Segurança de Estado – SISE); António Carlos do Rosário (antigo Director da Inteligência Económica do SISE e antigo PCA da ProIndicus, MAM e EMATUM); Cipriano Mutota (oficial do SISE); Teófilo Nhangumele (intermediário do esquema das dívidas ocultas); Bruno Tandane Langa (intermediário e amigo de Ndambi Guebuza) e Ângela Buque Leão (esposa do antigo Director-Geral do SISE).

Como fez questão de sublinhar Borges Nhamirre, é a primeira vez que se assiste a um julgamento de um caso de corrupção que envolve agentes superiores de segurança de Estado, políticos, em conluio com o capital financeiro internacional. O jornalista e pesquisador do Centro de

Integridade Pública (CIP), Borges Nhamirre, falava sexta-feira no webinar sobre as expectativas do julgamento do caso das “dívidas ocultas” organizado pelo Fórum de Monitoria do Orçamento (FMO). “O julgamento vem tarde, pois a Procuradoria-geral da República iniciou com as investigações em 2015. No início, as investigações não avançaram muito, mas depois da publicação do relatório da Kroll houve avanços. É uma espera longa de seis anos. Espero que a demora tenha permitido ao Ministério Público recolher o máximo de elementos para o julgamento. Já vimos casos de ministros acusados de 10 crimes, mas no julgamento foram reduzido a dois”.

Borges Nhamirre defende que o julgamento deve passar uma mensagem clara aos presentes e futuros dirigentes de que a corrupção não compensa. E não tem dúvidas de que haverá interferência política



por causa do perfil dos sujeitos em julgamento. O jornalista e pesquisador do CIP antevê um processo que se irá arrastar por muito tempo. “Os arguidos são pessoas com muito dinheiro e certamente irão recorrer das decisões que lhes forem desfavoráveis. E o Ministério Público também vai recorrer de algumas decisões que se mostrarem desfavoráveis para o Estado moçambicano. Este caso não vai terminar com este julgamento”.

O escândalo das “dívidas ocultas” envolve mais de dois mil milhões de dólares, mas Borges Nhamirre alerta que apenas 150 milhões de dólares é quanto o Estado moçambicano pode recuperar através deste julgamento. Esse valor foi usado para corromper os moçambicanos que vão a julgamento. “Grande parte do dinheiro foi para Privinvest. Os moçambicanos foram corrompidos por muito pouco dinheiro. Mas há os 500 milhões de dólares que desapareceram e ninguém sabe onde estão. Por isso, espero que deste julgamento saiam processos autónomos para recuperar mais dinheiro desaparecido”.

Já o Prof Adriano Nuvunga, chair do FMO, manifestou o seu desconforto em relação ao perfil do juiz que vai presidir ao julgamento. Trata-se de Epifânio Baptista, 42 anos, juiz de Direito B, afecto na 6ª secção criminal do Tribunal Judicial da Cidade de Maputo (TJCM). “A nossa expectativa é que o caso deveria ter sido entregue a um juiz mais experimentado, um juiz que já não está mais preocupado em ser promovido. Não nos parece que seja um caso para atribuir a um juiz júnior com ambições de progredir na carreira. O poder judiciário tem juízes experimentados e com os melhores salários que, na nos-



sa avaliação, poderiam ter sido chamados para dirigir este caso”.

Ainda assim, o Prof Adriano Nuvunga garante que o FMO vai apoiar o juiz Epifânio Baptista na expectativa de que ele conduza o processo com transparência, seriedade e, acima de tudo, com justiça. “Neste caso, não está apenas em causa o resultado, mas o processo. Poderia ter sido o presidente do Tribunal Judicial da Cidade de Maputo a dirigir o julgamento. Isso iria transmitir uma ideia de seriedade do caso”.

O chair do FMO critica a Procuradoria-geral da República por não ter feito o arresto preventivo de todos os bens e acti-

vos das pessoas que receberam o dinheiro das “dívidas ocultas”. “Não houve a recuperação de todos os bens adquiridos com o dinheiro roubado do Estado. O que está em julgamento é um grupo de pessoas que defraudou o Estado e a sociedade e comeu o futuro dos moçambicanos. Este não é um caso de tecnicidades, é um caso que empurrou milhões de moçambicanos para a pobreza. Este não é um caso em que as elites dos poderes executivos, legislativos e judiciários vão sentar e consertar a decisão a tomar. Este caso é do povo moçambicano, interessa a todos os moçambicanos”.

## Juiz chumba pedido de audição de Filipe Nyusi e “salva” a imagem da Sua Excelência Presidente da República...

Duas semanas depois da marcação do julgamento do Processo N° 18/2019-C, o arguido António Carlos do Rosário requereu à 6ª Secção Criminal do Tribunal Judicial da Cidade de Maputo a inclusão de 34 nomes na lista de testemunhas. António Carlos do Rosário é considerado como sendo uma das peças-chave para o esclarecimento do escândalo financeiro das “dívidas ocultas”, pois participou em processos decisivos, desde a criação das empresas (ProIndicus, MAM e EMATUM), passando pela obtenção das garantias do Estado, até às negociações que viabilizaram os empréstimos ilegais. Ademais, ele foi PCA da ProIndicus, MAM e EMATUM.

Além de extensa, a lista do oficial do SISE chama atenção pela qualidade dos sujei-

tos, desde logo o actual Presidente da República, Filipe Nyusi, arrolado na qualidade de antigo Ministro da Defesa Nacional e Coordenador do Comando Operativo. E aquela não era a primeira vez em que o nome de Filipe Nyusi era chamado aos autos dos processos das “dívidas ocultas”. Em Novembro de 2019, durante o julgamento de Jean Boustani nos Estados Unidos, o responsável pelas vendas do Privinvest afirmou que o grupo empresarial tinha feito pagamentos de milhões de dólares a altos funcionários do Estado moçambicano envolvidos nas negociações das “dívidas ocultas”. Já em Janeiro deste ano, o grupo Privinvest assumiu, num documento expedido ao Tribunal Superior de Justiça de Londres, ter pago um milhão de dólares a

Filipe Nyusi para apoiar a sua campanha eleitoral às presidenciais de 2014.

Em Maio último, o Tribunal Superior de Londres autorizou empresas do grupo Privinvest e seu proprietário, Iskandar Saha, a notificarem o Presidente da República no âmbito do processo cível relacionado com as “dívidas ocultas” desencadeado pela Procuradoria-Geral da República (PGR). Nesse processo movido contra entidades e executivos do Credit Suisse (credor das “dívidas ocultas”) e do Privinvest (fornecedor de equipamentos), a PGR pede a anulação da dívida de 622 milhões de dólares da ProIndicus ao Credit Suisse e uma indemnização que cubra os prejuízos do Estado moçambicano decorrentes do escândalo financeiro.

O juiz Epifânio Baptista chumbou o pedido de audição de Filipe Nyusi (a quem o trata por Sua Excelência o Presidente da República) como testemunha, argumentando que o actual Presidente da República não deve ser arrolado porque não é pessoa desinteressada dos autos e, por não sê-lo, já tinha prestado declarações. O juiz da causa critica os advogados Alexandre Chivale e Isálcio Mahanjane de serem contraditórios nos seus posicionamentos: primeiro defenderam a nulidade das declarações de Filipe Nyusi juntos dos autos; segundo requereram a audição de Filipe

Nyusi em sede de instrução contraditória; depois o advogado Alexandre Chivale prescindiu da diligência requerida; e agora volta a requer, mais uma vez, a audição de Nyusi como testemunha.

Por isso, o juiz Epifânio Baptista lamenta que os advogados Alexandre Chivale e Isálcio Mahanjane estejam a fazer “uso manifestamente reprovável” do processo ou dos meios processuais, “com o fim de conseguir um objectivo ilegal, impedir a descoberta da verdade, entorpecer a acção da justiça ou protelar, sem fundamento sério o processo. Revelam uma actividade

desonesta, cavilosa, proteladora com a intenção de prejudicar as condições favoráveis a uma boa e justa decisão do pleito”.


O tribunal chumbou também a audição dos outros 33 nomes que tinham sido arrolados pelo arguido António Carlos do Rosário como testemunhas. Na fundamentação, o tribunal faz notar que o requerente não alega e nem demonstra o contributo dos mesmos para a busca de verdade material. Os 33 nomes incluem antigos e actuais governantes, deputados da Assembleia da República, magistrados do Ministério Público, gestores e empresários.



**INFORMAÇÃO EDITORIAL:**

**Propriedade:** CDD – Centro para Democracia e Desenvolvimento  
**Director:** Prof. Adriano Nuvunga  
**Editor:** Emídio Beula  
**Autor:** Emídio Beula  
**Equipa Técnica:** Emídio Beula, Ilídio Nhantumbo, Isabel Macamo, Julião Matsinhe, e Ligia Nkavando.  
**Layout:** CDD

**Contacto:**  
 Rua de Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.  
 Telefone: +258 21 085 797

 CDD\_moz  
**E-mail:** info@cddmoz.org  
**Website:** http://www.cddmoz.org

**PARCEIRO PROGRAMÁTICO**



**PARCEIROS DE FINANCIAMENTO**

